



Julho/2015



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Ministerial
Sem Especialidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

"O ar da cidade liberta", diz um provérbio alemão do fim da Idade Média. Depois, no início do século 20, pensadores como Georg Simmel e Walter Benjamin mostraram como a grande cidade, lugar da massa, é, paradoxalmente, o lugar da individualidade. Pois, no contexto de comunidades pequenas, a liberdade individual está sempre tolhida pelo olhar e julgamento do vizinho. Já na cidade, ao contrário, o sujeito é anônimo na multidão, por isso está livre para ser ele mesmo, isto é, ser outro, aquilo que não se esperaria dele.

Toda a graça da cidade, assim, repousa no fato de que ela existe para dar espaço à individualidade, não ao individualismo. Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público. Na cidade, vivemos com uma multidão que não escolhemos. A boa convivência com esses outros depende da aceitação da diferença como algo estruturante. Aqui está o ponto crucial. A aceitação radical da diferença supõe a empatia, mas não a simpatia nem a recusa. É o que Richard Sennett, em "Juntos", define como conversa dialógica. Uma conversa que não supõe concordância total, mas uma gestão orquestrada de conflitos.

Daí que o atributo essencial de um espaço público vivo seja o conflito, não a falsa harmonia. Igualmente, o temor da violência urbana, pretensamente protegido atrás de muros e cercas elétricas, aparentemente não enxerga o quanto acaba sendo, ele mesmo, produtor de violência, pois a cidade não pode ser segura apenas para alguns. Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade.

(Adaptado de: WISNIK, Guilherme. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/>)

1. O paradoxo mencionado no texto, relacionado à vida na grande cidade, refere-se ao fato de que
- (A) nela, embora haja a presença de multidões, o indivíduo não está seguro contra a violência, mesmo atrás de aparatos de segurança.
 - (B) ela, apesar da presença das grandes multidões, é um local propício à manifestação da individualidade.
 - (C) o espaço democrático que lhe é característico exige do indivíduo simpatia e concordância com as ideias do outro.
 - (D) os bens que deveriam ser da coletividade não estão, nesse espaço, disponíveis a todos os seus moradores.
 - (E) nela, o encontro de pessoas de diferentes culturas e etnias pressupõe o fomento à solidariedade.

2. O elemento que justifica a flexão do verbo em destaque está sublinhado em:
- (A) Toda a graça da cidade, por isso, **repousa** no fato de que ela existe para dar espaço à individualidade...
 - (B) Sua lição histórica é a de que a defesa do interesse individual não **deve** ser antagônica a uma visão solidária...
 - (C) A boa convivência com esses outros **depende** da aceitação da diferença como algo estruturante.
 - (D) Pois, no contexto de comunidades pequenas, a liberdade individual **está** sempre tolhida pelo olhar e julgamento...
 - (E) Lugar da coletividade, ela se funda sobre as noções de comum e de público.

3. Considerando a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, afirma-se corretamente:
- (A) O sinal indicativo de crase é facultativo e pode ser inserido no elemento sublinhado em: a defesa do interesse individual não deve ser antagônica a uma visão solidária da coletividade.
 - (B) Sem prejuízo do sentido original, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após "multidão" em: Na cidade, vivemos com uma multidão que não escolhemos.
 - (C) No segmento ...o sujeito é anônimo na multidão, **por isso** está livre para ser ele mesmo..., o elemento em destaque pode ser substituído por "conquanto".
 - (D) O elemento sublinhado em Uma conversa que não supõe concordância total... introduz uma restrição ao termo imediatamente anterior.
 - (E) O elemento sublinhado em Daí que o atributo essencial de um espaço público vivo seja o conflito indica a continuação de uma ideia e pode ser substituído por "então".

4. De acordo com o texto, o atributo essencial de um espaço público urbano é
- (A) a solidariedade.
 - (B) a harmonia.
 - (C) a simpatia pelo outro.
 - (D) a defesa do interesse coletivo.
 - (E) o conflito.

5. Está gramaticalmente correta a redação que se encontra em:
- (A) As sociedades cada vez mais complexas que se vê hoje nas grandes cidades, parecem ter menos habilidade para lidar com a imigração, que, no entanto, marca a vida moderna.
 - (B) Alguns entendem que a mistura de classes sociais, culturas, línguas, etnias e religiões encontrados na cidade sejam o melhor antídoto que se inventou contra a intolerância.
 - (C) Enquanto o consumo, balizado pelo poder aquisitivo, costuma tender à desigualdade, a política existe para garantir que um local público, como uma praça, por exemplo, seja de fato para o uso da coletividade.
 - (D) Sempre houve conflito entre os diversos grupos sociais, contudo hoje manifestam-se, de acordo com o pensador Richard Sennett, como uma espécie de indiferença pelo outro, como se o diferente simplesmente não existisse.
 - (E) Podem haver, na modernidade, sociedades cujas massas são invisíveis para as elites, mas os diversos grupos que as compõem, por sua vez, vem se tornando mais distantes e menos capazes de interagir entre si.



Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 6 a 8.

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,

Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia

Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.

O Tejo tem grandes navios

E navega nele ainda,

Para aqueles que veem em tudo o que lá não está,

A memória das naus.

O Tejo desce de Espanha

E o Tejo entra no mar em Portugal

Toda a gente sabe isso.

Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia

E para onde ele vai

E donde ele vem

E por isso, porque pertence a menos gente,

É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o Mundo

Para além do Tejo há a América

E a fortuna daqueles que a encontram

Ninguém nunca pensou no que há para além

Do rio da minha aldeia.

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.

Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

(Alberto Caeiro)

6. Depreende-se do poema

- (A) o apego sentimental do poeta pelo rio pouco conhecido que passa pela sua aldeia.
- (B) a veneração do poeta pelo Tejo, cuja notoriedade percorre diversos países.
- (C) a nostalgia do poeta em relação ao rio de sua terra natal, apesar de estar próximo ao Tejo.
- (D) a melancolia do poeta diante da pequenez do rio de sua aldeia em comparação ao Tejo.
- (E) a grandeza do Tejo, que, no entanto, torna-se pequeno se comparado ao vasto oceano que leva à América.

7. *E o Tejo entra no mar em Portugal*

O elemento que exerce a mesma função sintática que o sublinhado acima encontra-se em

- (A) *a fortuna.* (4ª estrofe)
- (B) *A memória das naus.* (2ª estrofe)
- (C) *grandes navios.* (2ª estrofe)
- (D) *menos gente.* (3ª estrofe)
- (E) *a América.* (4ª estrofe)

8. O elemento que NÃO é um pronome está sublinhado em:

- (A) *E a fortuna daqueles que a encontram*
- (B) *Porque o Tejo não é o rio que corre...*
- (C) *Para aqueles que veem em tudo...*
- (D) *Ninguém nunca pensou no que há...*
- (E) *O Tejo é mais belo que o rio...*

Prática Cartorária

Atenção: Responda às questões de números 9 a 12 de acordo com a Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça nº 004/2013.

9. De acordo com a mencionada Resolução: *Em caso de evidência de que os fatos narrados não configuram lesão aos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou, ainda, se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, indeferirá o pedido constante da notícia de fato, em decisão fundamentada, da qual se dará, em caso de ter-se originado através de representação, ciência pessoal ao representante e ao representado.* Do indeferimento

- (A) caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 dias, a contar da respectiva ciência.
- (B) não caberá qualquer recurso por expressa vedação.
- (C) caberá pedido formal de revisão, no prazo de 48 horas, a contar da respectiva ciência.
- (D) caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 15 dias, a contar da respectiva ciência.
- (E) caberá pedido formal de revisão, no prazo de 5 dias, a contar da respectiva ciência.

10. No tocante ao inquérito civil, considere:

- I. O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, bem como para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
- II. O inquérito civil será instaurado por meio de portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, autuada e registrada.
- III. Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo apurado, o membro do Ministério Público não poderá aditar a portaria inicial, devendo determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil.
- IV. No curso do inquérito civil público poderão ser realizadas audiências públicas. Os resultados das audiências públicas não vinculam a atuação do Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



11. Determinado inquérito civil foi arquivado em razão do convencimento da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública. Após 10 meses do referido arquivamento, foram descobertas novas provas. Neste caso,
- (A) deverá ocorrer o desarquivamento de ofício do inquérito civil, independentemente de manifestação do Conselho Superior do Ministério Público.
 - (B) será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas.
 - (C) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 15 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
 - (D) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 30 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
 - (E) deverá ocorrer o desarquivamento do inquérito civil, se aprovado pelo Procurador Geral de Justiça, no prazo máximo de 30 dias contados do pedido de desarquivamento formal.
-
12. De acordo com a mencionada Resolução: *Tramitação como procedimento administrativo os procedimentos destinados ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas, bem como os demais procedimentos que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico.* O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de
- (A) 6 meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante despacho fundamentado.
 - (B) 1 ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante despacho fundamentado.
 - (C) 2 anos improrrogáveis.
 - (D) 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, mediante despacho fundamentado.
 - (E) 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, mediante despacho fundamentado.

Legislação Específica Aplicada ao Ministério Público da Paraíba

Atenção: Responda às questões de números 13 a 16 de acordo com a Lei Complementar nº 97/2010 (Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba).

13. O Corregedor-Geral do Ministério Público
- (A) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 1 ano após o seu término no órgão correicional.
 - (B) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral apenas no curso de seu mandato.
 - (C) poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral tanto no curso de seu mandato como no término no órgão correicional.
 - (D) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 2 anos após o seu término no órgão correicional.
 - (E) não poderá concorrer à formação de lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral no curso de seu mandato e até 3 anos após o seu término no órgão correicional.
-
14. O Procurador-Geral de Justiça será assessorado pelo Primeiro e Segundo Subprocuradores-Gerais de Justiça, pelo Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo Secretário de Planejamento e Gestão e por uma Assessoria Técnica, constituída de até seis membros. O Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e o Secretário de Planejamento e Gestão são escolhidos livremente pelo Procurador-Geral de Justiça,
- (A) podendo a escolha recair sobre bacharéis em direito ou em administração, com o mínimo de 5 anos de experiência em Administração pública.
 - (B) devendo a escolha recair obrigatoriamente dentre Procuradores ou Promotores de Justiça titulares da mais elevada entrância.
 - (C) podendo a escolha recair sobre bacharéis em direito ou em administração, com o mínimo de 10 anos de experiência em Administração pública.
 - (D) devendo a escolha recair obrigatoriamente dentre Procuradores de Justiça titulares da mais elevada entrância.
 - (E) podendo a escolha recair, somente para o Secretário de Planejamento e Gestão, sobre bacharéis em direito, com o mínimo de 5 anos de experiência em Administração pública.
-
15. Aos membros do Ministério Público serão deferidas verbas remuneratórias e indenizatórias. Dentre as verbas remuneratórias, está
- (A) a licença especial convertida em pecúnia.
 - (B) a diária.
 - (C) a ajuda de custo para mudança e transporte.
 - (D) o auxílio alimentação.
 - (E) a prestação de serviço à Justiça Eleitoral, na forma legal.



16. Soraya e Felícia são membros do Ministério Público do Estado da Paraíba. Soraya deixou de prestar informação solicitada pela Administração Superior do Ministério Público e Felícia não guardou segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conhecia em razão do cargo. Nestes casos, considerando que Soraya nunca teve qualquer penalidade disciplinar e que Felícia já foi condenada a pena de advertência por negligência no cargo ocupado, Soraya e Felícia estão sujeitas a penalidade de
- (A) censura.
 - (B) advertência e censura, respectivamente.
 - (C) censura e demissão, respectivamente.
 - (D) advertência e suspensão de até 90 dias, respectivamente.
 - (E) suspensão de até 60 dias.

Atenção: Responda às questões de números 17 a 20 de acordo com a Lei nº 10.432/2015 que dispõe sobre o regime jurídico, os cargos, a carreira e a remuneração dos servidores públicos do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado da Paraíba.

17. Fica suspenso o interstício para a movimentação na carreira, nas hipóteses de
- I. suspensão do vínculo funcional.
 - II. afastamento para exercer atividade política ou mandato eletivo.
 - III. licença para tratar de interesse particular.
 - IV. exercício de cargo de provimento em comissão do quadro dos servidores de carreira do Ministério Público do Estado da Paraíba.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e IV.

18. Marta, Clara e Agnaldo são servidores públicos efetivos do Ministério Público do Estado da Paraíba. Ontem nasceu a filha de Marta; Clara deu a luz a um casal de gêmeos na semana passada e a esposa de Agnaldo, atualmente desempregada, deu a luz a um natimorto. Neste caso, será devido auxílio natalidade
- (A) para Marta, Clara e Agnaldo, sendo que para Clara o valor será acrescido de 50% por nascituro.
 - (B) apenas para Marta e Clara, sendo que para Clara o valor será acrescido de 50% por nascituro.
 - (C) apenas para Marta e Clara na mesma proporção.
 - (D) para Marta, Clara e Agnaldo, na mesma proporção.
 - (E) para Marta, Clara e Agnaldo, sendo que para Clara o valor será acrescido de 30% por nascituro.

19. Janisse, servidora pública efetiva do Ministério Público do Estado da Paraíba faltou, por 62 dias, intercaladamente, durante o período de 12 meses. Janisse
- (A) não está sujeita a qualquer penalidade tendo em vista que não atingiu o limite mínimo de faltas.
 - (B) está sujeita a pena de demissão em razão da inassiduidade habitual.
 - (C) está sujeita exclusivamente a penalidade de suspensão de até 90 dias.
 - (D) está sujeita exclusivamente a penalidade de suspensão de até 60 dias.
 - (E) está sujeita exclusivamente a penalidade de advertência.

20. No tocante ao Processo Disciplinar, considere:
- I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o presidente.
 - II. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
 - III. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.
 - IV. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá cento e vinte dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) I e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. No processo "A" há determinação judicial para busca e apreensão da arma de um delito, supostamente cometido pelo irmão de Vera. Em posse do mandado de busca e apreensão da arma, policiais pretendem entrar na casa de Vera. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,

- (A) não é permitida a entrada, sem o consentimento de Vera, uma vez que a casa é asilo inviolável do indivíduo.
- (B) é permitida a entrada, sem o consentimento de Vera, apenas durante o dia.
- (C) é permitida a entrada, sem o consentimento de Vera, durante o dia ou durante a noite.
- (D) somente será permitida a entrada sem o consentimento de Vera se ela for previamente avisada com antecedência de 24 horas e a mesma não permitir a entrada.
- (E) somente será permitida a entrada sem o consentimento de Vera se ela for previamente avisada com antecedência de 48 horas e a mesma não permitir a entrada.

22. O Sindicato "X" e o Sindicato "Y" pretendem se reunir na praça "W", na frente de uma escola pública para manifestação pacífica sobre a diminuição da maioria penal. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, referidos sindicatos

- (A) podem reunir-se mediante prévia autorização da autoridade competente com antecedência mínima de 10 dias, podendo, inclusive, frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, em razão do direito a igualdade e a manifestação pacífica.
- (B) podem reunir-se mediante prévia autorização da autoridade competente com antecedência mínima de 10 dias e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (C) podem reunir-se mediante prévia autorização da autoridade competente com antecedência mínima de 5 dias e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (D) podem reunir-se independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (E) não podem reunir-se, tendo em vista a vedação constitucional sobre reunião em proximidades com escolas e hospitais, devendo escolher outro local.

23. No tocante as associações, considere:

- I. A criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- II. A criação de cooperativas, na forma da lei, independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- III. As entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente.
- IV. As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

De acordo com a Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

24. De acordo com a Constituição Federal, dentre os direitos e garantias individuais e coletivos, considera-se crime inafiançável e imprescritível a prática

- (A) do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) do racismo, bem como a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) do racismo, bem como a tortura, apenas.
- (D) da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (E) da tortura e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, apenas.

25. Sobre o Mandado de Segurança, considere:

- I. O partido "D" possui representação no Congresso Nacional.
- II. O partido "H" não possui representação no Congresso Nacional.
- III. A Associação "QQ" legalmente constituída e em funcionamento há oito meses em defesa dos interesses de seus associados.
- IV. A Associação "XX" legalmente constituída e em funcionamento há sete meses em defesa dos interesses de seus associados.

De acordo com a Constituição Federal, o Mandado de Segurança coletivo poderá ser impetrado APENAS nas hipóteses indicadas em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I.

26. No tocante aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,

- (A) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (B) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (C) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 10 anos de idade em creches e pré-escolas.
- (D) a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (E) a proteção em face da automação, na forma da lei.



27. Marcos é empregado sindicalizado eleito para o cargo de diretor sindical suplente. Kátia é empregada sindicalizada eleita para o cargo de representante sindical. Nestes casos, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, é VEDADA a dispensa

- (A) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato.
- (B) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato.
- (C) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.
- (D) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.
- (E) apenas de Marcos, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Kátia não foi eleita para o cargo de diretor suplente.

28. Considere os seguintes cargos:

- I. Procurador-Geral da República.
- II. Procurador-Geral de Justiça.
- III. Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- V. Presidente da Câmara dos Deputados.

De acordo com a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os cargos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e V.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) I, II e IV.

Noções de Direito Administrativo

29. A sistemática dos precatórios judiciais está prevista no artigo 100 da Constituição Federal que dispõe: *Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.* O citado dispositivo constitucional constitui cristalina aplicação do princípio da

- (A) presunção de veracidade.
- (B) publicidade.
- (C) motivação.
- (D) supremacia do interesse privado.
- (E) impessoalidade.

30. O Ministério Público do Estado da Paraíba, após o devido procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a empresa vencedora do certame. A publicação resumida do instrumento de contrato, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o

- (A) décimo quinto dia útil do mês de sua assinatura.
- (B) décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- (C) quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- (D) sétimo dia útil do mês de sua assinatura.
- (E) primeiro dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

31. Manoel, servidor público estadual, praticou o ato administrativo denominado visto, de modo a controlar ato do administrado Francisco, aferindo sua legitimidade formal e, assim, dando-lhe exequibilidade. O visto corresponde a ato administrativo

- (A) enunciativo.
- (B) normativo.
- (C) ordinatório.
- (D) negocial.
- (E) punitivo.

32. A União Federal, ao realizar processo licitatório para construção de obra pública, estabelecerá margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras. As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços criadas com escopo de estimular a competitividade e produção da indústria nacional serão definidas pelo Poder Executivo

- (A) Federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (B) Estadual, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (C) Federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 15% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (D) Estadual, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 15% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
- (E) Federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 10% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

33. Considere as seguintes situações hipotéticas de acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993):

- I. Um determinado município do Estado da Paraíba pretende realizar uma pequena obra pública de engenharia na cidade, estimada em R\$ 300.000,00. A Administração utilizou a modalidade convite para a licitação.
- II. O Poder Executivo de um determinado Estado da Federação, incluiu no objeto de uma licitação para construção de casas populares, materiais e serviços sem previsão de quantidades.
- III. Carlos é servidor de um Município do Estado da Paraíba que está realizando uma licitação para aquisição de alimentação para crianças de escolas e creches municipais. Carlos é sócio, juntamente com seu genitor Alfredo, de um restaurante na cidade e participou normalmente do procedimento licitatório, saindo-se vencedor com a melhor proposta.
- IV. A empresa X, após a fase de habilitação, desiste da proposta, apresentando um motivo decorrente de fato superveniente e justo. O pedido é aceito pela Comissão Licitante.

Nos termos da legislação brasileira em vigor, há ilegalidade e o Ministério Público deverá tomar as medidas necessárias para punição dos responsáveis nos casos indicados APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.



34. Rita, filha e única sucessora de Ronaldo, foi acionada pelo Ministério Público do Estado da Paraíba para arcar com valores devidos ao erário em razão de conduta ímproba praticada por seu pai que causou graves prejuízos aos cofres públicos. Em sua defesa, Rita argumenta e comprova que seu falecido pai somente deixou dívidas, isto é, que não herdará qualquer valor ou bem patrimonial. Na hipótese narrada, Rita

- (A) está sujeita a todas as cominações previstas na Lei de Improbidade, na proporção do ato ímprobo praticado pelo seu falecido pai.
- (B) está sujeita às cominações previstas na Lei de Improbidade, exceto aquelas de ordem pecuniária.
- (C) não está sujeita às cominações previstas na Lei de Improbidade.
- (D) está sujeita apenas à sanção de caráter pecuniário, pouco importando se Ronaldo deixou ou não ativo patrimonial necessário para arcar com o ressarcimento aos cofres públicos.
- (E) jamais poderia ter sido acionada pelo Ministério Público, pois o falecimento do agente ímprobo obrigatoriamente põe fim à ação de improbidade administrativa.

35. Christian, Técnico do Ministério Público do Estado da Paraíba, agiu negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público, causando prejuízo ao erário. Portanto, estará sujeito, dentre outras sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, à

- (A) multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração recebida pelo servidor.
- (B) proibição de receber benefícios fiscais pelo prazo de 10 anos.
- (C) multa civil de até 3 vezes o valor do dano.
- (D) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de 8 anos.
- (E) suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos.

36. Matheus, atualmente Deputado Estadual, é um renomado político do Estado da Paraíba, já tendo ocupado o cargo de Prefeito de um dos municípios do Estado. No início do ano de 2015, foi processado por improbidade administrativa por conduta praticada à época em que exerceu o cargo de Prefeito. Em sua defesa, sustentou que teve as contas aprovadas pelo respectivo Tribunal de Contas, razão pela qual não poderia sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992. A tese de defesa de Matheus

- (A) acarreta sua exclusão da lide, por manifesta ilegitimidade.
- (B) não impede a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade.
- (C) impede apenas a aplicação de sanção de caráter pecuniário.
- (D) impede apenas a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos.
- (E) impede a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade.

Noções de Direito Civil

37. A Lei nº 999 revogou integralmente a Lei nº 888, que, por sua vez, tinha revogado a Lei nº 777. Nesse caso, a Lei nº 777

- (A) só volta a valer se houver disposição expressa nesse sentido na Lei nº 999.
- (B) volta sempre a valer a partir da data da sua publicação, pois admite-se o efeito repristinatório automático.
- (C) não voltará a valer em nenhuma hipótese, sendo necessária a edição de outra lei que repita o seu teor.
- (D) pode voltar a valer se o Presidente da República estabelecer essa previsão por Decreto.
- (E) volta sempre a valer 45 dias depois da sua publicação, pois admite-se o efeito repristinatório automático.

38. Personalidade é

- (A) a capacidade de exercer os atos da vida civil.
- (B) a legitimidade processual de estar em juízo.
- (C) a capacidade especial para determinado negócio jurídico.
- (D) o conjunto dos caracteres da pessoa humana.
- (E) a legitimidade para exercer alguns direitos previstos na lei civil.

39. No que concerne às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- (A) As fundações que tiverem finalidade lucrativa serão fiscalizadas pelo Ministério Público.
- (B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) As associações podem ter finalidade lucrativa, de acordo com o que dispuserem a respeito os seus estatutos.
- (D) O direito de anular deliberações de administradores que forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude decai em 3 anos.
- (E) Nas associações, os direitos e obrigações recíprocos entre os associados devem estar regulamentados no respectivo estatuto.

40. A herança é considerada

- (A) bem indivisível.
- (B) universalidade de direito.
- (C) bem móvel por determinação legal.
- (D) frutos de bens principais.
- (E) bem móvel por antecipação.

Noções de Direito Processual Civil

41. A respeito da petição inicial, é INCORRETO afirmar que

- (A) o endereçamento para juiz incompetente dá lugar ao seu indeferimento.
- (B) ela será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- (C) o requerimento para citação do réu é requisito da petição inicial.
- (D) deve ser indicado o valor da causa, ainda que a pretensão não tenha conteúdo econômico imediato.
- (E) deve expor o fato jurídico concreto que serve de fundamento para o efeito jurídico pretendido.



42. Quanto à prova testemunhal, no procedimento ordinário, é correto afirmar:

- (A) A intimação de testemunha só poderá ser feita por meio de oficial de justiça.
- (B) O rol de testemunhas deverá sempre ser apresentado com a petição inicial e com a contestação.
- (C) A parte não poderá substituir testemunha que, por enfermidade, não estiver em condições de depor.
- (D) Cada uma das partes poderá arrolar, no máximo, dez testemunhas.
- (E) A testemunha não pode escusar-se de depor sobre fatos que lhe acarretem grave dano.

43. Considere as seguintes peças:

- I. Petição inicial.
- II. Procuração outorgada ao advogado do autor.
- III. Documentos que instruem a petição inicial.
- IV. Contestação.
- V. Procuração outorgada ao advogado do réu.
- VI. Decisão interlocutória.
- VII. Certidão de intimação das partes da decisão interlocutória.

Inconformado com a decisão interlocutória, o autor pretende interpor agravo de instrumento.

São obrigatórias, para instruir esse recurso, as peças indicadas APENAS em

- (A) III, IV e VII.
- (B) II, V, VI e VII.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II, III e VI.
- (E) II, IV, VI e VII.

44. O termo de ajustamento de conduta que sobrevier no curso de um inquérito civil tem a qualidade de título executivo extrajudicial

- (A) 45 dias após a sua aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) se for referendado pelo Conselho Superior do Ministério Público, após aprovação do órgão do Ministério Público que o celebrou.
- (C) após a respectiva homologação judicial requerida ao juiz competente para a ação civil pública.
- (D) 60 dias após a sua aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) se for referendado pelo Promotor de Justiça que tiver atribuições para atuar na ação civil pública correspondente.

45. A respeito da ação e da jurisdição, considere:

- I. O direito de ação depende do direito material ou da eventual relação jurídica entre as partes.
- II. O direito de ação é o direito subjetivo público de pleitear ao Poder Judiciário uma decisão sobre uma pretensão.
- III. A jurisdição é o poder, função e atividade de aplicar o direito a um fato concreto pelos órgãos públicos destinados a tal, obtendo-se a justa composição da lide.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I.
- (E) III.

46. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público

- (A) será intimado apenas dos atos decisórios.
- (B) terá vista dos autos antes das partes.
- (C) não poderá juntar documentos ou certidões.
- (D) tem legitimidade para recorrer.
- (E) não poderá produzir prova em audiência.

47. A respeito dos atos processuais, é correto afirmar:

- (A) Os prazos começam a correr no dia da intimação, quando as partes saírem intimadas da audiência.
- (B) A citação com hora certa não necessita de nova determinação judicial para que se realize.
- (C) A parte não pode renunciar o prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- (D) A citação ordenada por juiz incompetente não interrompe a prescrição, nem constitui em mora o devedor.
- (E) O Ministério Público tem prazo em dobro para recorrer, exceto no recurso adesivo.

48. O revel NÃO tem o direito de

- (A) recorrer da sentença.
- (B) intervir no processo.
- (C) requerer a produção de provas.
- (D) constituir advogado.
- (E) apresentar contestação.

**Noções de Direito Penal**

49. Paulo, de 19 anos de idade, é abordado em uma operação da Polícia Militar do Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa, deflagrada no dia 10 de dezembro de 2012. Após se recusar a submeter-se ao teste do bafômetro e apresentar a documentação solicitada, Paulo ofende moralmente os policiais que trabalhavam regularmente na ocorrência e é conduzido preso ao Distrito Policial. Posteriormente Paulo é denunciado pelo Ministério Público por crime de desacato e a denúncia é recebida pelo Magistrado competente no dia 14 de abril de 2013, com instauração da ação penal. Por ostentar maus antecedentes e não fazer jus a qualquer benefício, a ação tramita regularmente até a prolação da sentença condenatória pelo Magistrado competente no dia 15 de maio de 2015, que aplicou ao réu Paulo a pena de 1 ano de detenção, em regime inicial semiaberto. A sentença transitou em julgado. Após o trânsito em julgado, o advogado de Paulo postulou ao Magistrado a extinção da punibilidade do seu cliente com base na prescrição. Neste caso, o Magistrado

- (A) não deverá reconhecer a prescrição uma vez que o Código Penal estabelece o prazo prescricional de 4 anos no caso de pena igual ou superior a 1 ano.
- (B) não deverá reconhecer a prescrição uma vez que o Código Penal estabelece o prazo prescricional de 3 anos no caso de pena igual ou superior a 1 ano.
- (C) deverá declarar extinta a punibilidade do réu pela prescrição, uma vez que o Código Penal estabelece, neste caso, o prazo prescricional de 2 anos.
- (D) não deverá reconhecer a prescrição uma vez que o Código Penal estabelece o prazo prescricional de 6 anos no caso de pena igual ou superior a 1 ano.
- (E) não deverá reconhecer a prescrição uma vez que o Código Penal estabelece o prazo prescricional de 5 anos no caso de pena igual ou superior a 1 ano.

50. Renê é funcionário público e trabalha como vigia de uma repartição pública municipal de João Pessoa. Em uma determinada noite, no final do ano de 2014, Renê desvia-se da função de guarda e, por negligência, permite que terceiros invadam o prédio público e de lá subtraíam diversos bens avaliados em R\$ 10.000,00. Instaurado Inquérito Policial, o Ministério Público denuncia o funcionário público Renê pelo crime de peculato culposo. O feito tramita regularmente e Renê é condenado em primeira instância à pena de 6 meses de detenção. Renê, inconformado, apela ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Antes do julgamento do recurso Renê resolve reparar o dano à municipalidade, depositando em juízo o valor do prejuízo. Neste caso, nos termos do Código Penal, Renê

- (A) não terá direito a qualquer benefício uma vez que a reparação do dano ocorreu após a sentença de primeiro grau.
- (B) terá sua pena reduzida em metade.
- (C) terá sua pena reduzida de 1 a 2/3.
- (D) terá extinta a sua punibilidade.
- (E) terá direito apenas à atenuante genérica.

51. Tício e Caio são Policiais Civis do Estado da Paraíba, atuando na capital. No dia 14 de março de 2014, durante uma operação deflagrada pela Delegacia Seccional de Polícia para investigação de crime de tráfico de drogas em uma determinada favela na cidade de João Pessoa, Tício e Caio abordam Moisés em atitude suspeita, transitando por uma via pública. Moisés portava na cintura uma arma de fogo municionada sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Além disso apurou-se que havia um mandado de prisão preventiva contra Moisés por crime de roubo cometido na cidade de Campina Grande. Tício e Caio, então, solicitam a Moisés a quantia de R\$ 10.000,00 para ele ser imediatamente liberado. Moisés consegue o dinheiro e entrega aos policiais civis, que deixam de conduzi-lo ao Distrito Policial. No caso hipotético apresentado, Tício e Caio cometeram crime de

- (A) concussão e estão sujeitos à pena de reclusão, de 2 a 8 anos e multa, sem qualquer aumento de pena, uma vez que o não cumprimento do ato de ofício é mero exaurimento do crime formal.
- (B) corrupção passiva e estão sujeitos à pena de reclusão, de 2 a 12 anos e multa, com aumento de 1/3 uma vez que os funcionários deixaram de conduzir preso o cidadão Moisés, com infração de dever funcional.
- (C) corrupção passiva e estão sujeitos à pena de reclusão, de 2 a 12 anos e multa, sem qualquer aumento de pena, uma vez que o não cumprimento do ato de ofício é mero exaurimento do crime formal.
- (D) prevaricação e estão sujeitos à pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
- (E) concussão e estão sujeitos à pena de reclusão, de 2 a 8 anos e multa, com aumento de 1/3 uma vez que os funcionários deixaram de conduzir preso o cidadão Moisés, com infração de dever funcional.

52. Ricardo, engenheiro civil, era noivo de Maria e rompeu o relacionamento no final do ano de 2014. Maria começou a namorar Pedro. Ricardo, inconformado com o término da relação com Maria tornou-se desafeto de Pedro. Ricardo resolveu, então, solicitar para seu primo Rodrigo, Policial Militar, abordar seu desafeto Pedro em plena via pública. No mês de abril deste ano, quando saía para trabalhar, Pedro foi abordado e algemado pelo Policial Militar Rodrigo, o qual realizou a busca pessoal e liberou Pedro algum tempo depois. Pedro apresentou representação ao Ministério Público apontando a prática de crime de abuso de autoridade prevista no artigo 4º, "a", da Lei nº 4.898/1965 ("ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder"). Neste caso, Ricardo

- (A) praticou crime de abuso de autoridade em co-autoria com Rodrigo, e estará sujeito às penas de detenção por 10 dias a 6 meses, multa, além de inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de até 3 anos, penas estas aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.
- (B) não praticou crime de abuso de autoridade em co-autoria com Rodrigo, por se tratar de crime próprio.
- (C) praticou crime de abuso de autoridade em co-autoria com Rodrigo, e estará sujeito às penas de detenção por 10 dias a 6 meses, multa, além de inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de até 3 anos, penas estas aplicadas obrigatoriamente de forma cumulativa.
- (D) praticou crime de abuso de autoridade em co-autoria com Rodrigo, e estará sujeito às penas de detenção de 6 meses a 2 anos, multa, além de inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de até 5 anos, penas estas aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.
- (E) praticou crime de abuso de autoridade em co-autoria com Rodrigo, e estará sujeito às penas de detenção de 6 meses a 2 anos, multa, além de inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de até 5 anos, penas estas aplicadas obrigatoriamente de forma cumulativa.



Noções de Direito Processual Penal

53. O Delegado de Polícia de um determinado Distrito da cidade de Campina Grande, após receber a notícia de um crime de roubo cometido na cidade, no qual a vítima Silvio teve o carro subtraído por um meliante no centro da cidade no dia 1º de maio de 2015, determina a instauração de Inquérito Policial. No curso das investigações, especificamente no dia 4 de maio de 2015, o veículo roubado é recuperado em poder de Manoel, o qual é conduzido ao Distrito Policial. A vítima é chamada e reconhece Manoel como sendo o autor do crime de roubo. A autoridade policial representa, então, ao juiz competente o qual, após manifestação do Ministério Público, decreta a prisão preventiva de Manoel, que é efetivada no mesmo dia 4 de maio. Neste caso, o Inquérito Policial deveria estar encerrado e relatado pelo Delegado de Polícia no prazo de

- (A) 15 dias após iniciado o Inquérito Policial.
- (B) 10 dias após iniciado o Inquérito Policial.
- (C) 5 dias após iniciado o Inquérito Policial.
- (D) 15 dias, contado o prazo a partir da efetivação da prisão de Manoel.
- (E) 10 dias, contado o prazo a partir da efetivação da prisão de Manoel.

54. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. A Promotora de Justiça de uma comarca do Estado da Paraíba requereu à autoridade policial a instauração de Inquérito Policial para apuração de crime de injúria, de ação penal privada, figurando como vítima Luis e como autor do crime Edson. A autoridade policial atende ao pedido veiculado e instaura o Inquérito Policial.
- II. Durante o trâmite de um Inquérito Policial instaurado para apuração de crime de homicídio tentado a vítima apresenta requerimento ao Delegado de Polícia para realização de uma diligência que entende ser útil para apuração da verdade real. O Delegado de Polícia, entendendo ser impertinente o requerimento e a diligência solicitada, deixa de realizar a diligência.
- III. O Delegado de Polícia de uma determinada cidade no Estado da Paraíba, após instaurar um Inquérito Policial para apuração de crime de furto que teria sido cometido por Theo, não conseguindo apurar provas da autoria delitiva determina o imediato arquivamento dos autos.
- IV. Encerrado Inquérito Policial para apuração de crime de ação penal privada a autoridade policial, após pedido do requerente, entrega os autos de inquérito ao requerente, mediante traslado.

O Delegado de Polícia agiu dentro da legalidade APENAS nas situações indicadas em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

55. O Delegado de Polícia de um determinado Distrito Policial da cidade de João Pessoa instaura um Inquérito Policial para apuração de crime de estelionato ocorrido no final do ano de 2014. Encerrada as investigações Rodolfo é indiciado pelo referido crime. O inquérito é relatado e remetido ao Fórum local. O representante do Ministério Público, após receber os autos, requereu o arquivamento do Inquérito Policial entendendo que não haveria provas para instauração de ação penal contra Rodolfo. O Magistrado competente, ao receber os autos, discordando do parecer do Ministério Público, determina a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, requerendo a designação de outro Promotor para oferecimento da denúncia. O Procurador-Geral de Justiça, após analisar o caso, insiste no pedido de arquivamento e determina a devolução dos autos ao juízo de origem. Neste caso, o Magistrado

- (A) discordando da decisão do Procurador-Geral de Justiça determinará a instauração da ação penal com base no Relatório da Autoridade Policial.
- (B) encaminhará os autos ao Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, para que um Promotor de Justiça seja designado para atuar no feito e oferecer denúncia.
- (C) será obrigado a atender o pedido de arquivamento veiculado pelo Ministério Público.
- (D) encaminhará os autos ao Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba para que este determine a instauração da ação penal, intimando-se o Procurador-Geral de Justiça para oferecimento imediato da denúncia.
- (E) determinará a intimação da vítima para, querendo, oferecer ação penal subsidiária da pública.

56. Mario e José são jornalistas, colunistas de um determinado jornal brasileiro. Numa edição do jornal em um domingo os referidos jornalistas subscrevem uma matéria ofensiva a Richard, empresário conhecido. Considerando difamatória a matéria, Richard, através de seu advogado, propõe queixa-crime apenas contra o jornalista Mario, imputando-lhe crime de difamação. Neste caso, o Ministério Público, ao receber os autos,

- (A) declinará de atuar na ação penal privada.
- (B) promoverá o aditamento da queixa-crime para incluir o jornalista José, zelando pela indivisibilidade da ação penal.
- (C) postulará ao juiz a imediata extinção da ação penal, reconhecendo a renúncia tácita ao direito de queixa ao jornalista José, extensiva ao jornalista Mario.
- (D) postulará ao juiz a rejeição imediata da queixa-crime.
- (E) deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal e proporá que o querelante faça o aditamento, sob pena de implicar renúncia ao direito de queixa a ambos os jornalistas.

57. Sobre as citações e intimações, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- (A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- (B) Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de 5 dias.
- (C) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- (D) A intimação do Ministério Público é sempre pessoal.
- (E) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva.



58. Lidio é indiciado pelo Delegado de Polícia durante o trâmite de Inquérito Policial contra ele instaurado para apuração de crime de corrupção ativa. O Promotor de Justiça, após receber os autos do Inquérito Policial devidamente relatados, apresenta denúncia contra Lidio pelo crime de corrupção ativa. Contudo, o Magistrado competente acaba rejeitando a denúncia apresentada pelo Ministério Público. Neste caso, o Promotor de Justiça, inconformado com a decisão do Magistrado, deverá interpor recurso

- (A) em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- (B) de apelação, no prazo de 10 dias.
- (C) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- (D) de apelação, no prazo de 15 dias.
- (E) de apelação, no prazo de 20 dias.

59. A autoridade policial de um determinado Distrito Policial da comarca de João Pessoa lavra um Termo Circunstanciado após tomar conhecimento de um crime de lesão corporal de natureza leve ocorrido em uma casa noturna, figurando como autor do fato Lúcio. Encaminhados os autos ao fórum e designada audiência preliminar, sem possibilidade de composição civil entre as partes, o Ministério Público propõe a Lúcio uma transação penal consistente na entrega de 10 cestas básicas a uma instituição carente da cidade de João Pessoa. Lúcio aceita o benefício, que é homologado pelo Magistrado. Neste caso, Lúcio poderá ser novamente beneficiado com a transação penal após transcorrido o prazo mínimo de

- (A) 8 anos.
- (B) 3 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 2 anos.

60. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Aloísio é denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 155, *caput*, do Código Penal (furto), com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- II. Patrícia é denunciada pelo Ministério Público como incurso no artigo 333, do Código Penal (crime de corrupção ativa), com pena de reclusão de 2 a 12 anos e multa.
- III. Mauro é denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 297, *caput*, do Código Penal (falsificação de documento público), com pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa.
- IV. Priscila é denunciada pelo Ministério Público como incurso no artigo 331, do Código Penal (desacato), com pena de detenção de 6 meses a 2 anos, ou multa.

Nos termos preconizados pela Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Criminais), considerando que os quatro denunciados são primários e não ostentam qualquer antecedente criminal o Ministério Público poderá propor a suspensão condicional do processo para

- (A) Aloísio, Patrícia e Priscila, apenas.
- (B) Priscila, apenas.
- (C) Aloísio e Priscila, apenas.
- (D) todos os denunciados.
- (E) Aloísio, Mauro e Priscila, apenas.